

CARTA PROGRAMA CHAPA CARCARÁ



ELEIÇÕES APG-UFSC
2021-2022

PROJETO POLÍTICO DA GESTÃO

Nós, integrantes da chapa Carcará, apresentamos aqui o **projeto político** que discutimos para a pós-graduação e para a universidade, a partir de princípios que consideramos Fundamentais para a Associação de Pós-Graduandas e Pós-Graduandos (APG) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Cabe lembrar a luta que as antigas gestões já fizeram e expressar a continuidade da gestão por meio de seus princípios, na defesa de uma **universidade pública, de qualidade, gratuita e autônoma**, sem qualquer tipo de submissão de interesses da lógica privada, sejam estes oriundos do corpo docente, de organizações políticas, de governos ou da reitoria.

Caso eleitas (es/os), nos colocaremos contrariamente às iniciativas que visem à privatização da universidade e à mercantilização da educação. Consideramos imprescindível a defesa de uma educação cada vez mais inclusiva e que as condições para que se possa efetivamente vivenciar a universidade sejam a realidade de todas as (es/os) pós graduandas (es/os), com uma política séria de permanência que garanta moradia, alimentação, espaços de estudos e lazer para todes.

Acreditamos ainda na importância de uma gestão que possa ser construída de forma **coletiva e aberta**, refletindo esse princípio em uma organização democrática e horizontal, na qual as divergências possam ser apresentadas e discutidas entre todes aqueles que estão participando das reuniões.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Nesses quatro semestres de ensino remoto foi possível sentir as consequências marcantes, tanto para a experiência e vivência da universidade por parte das (es/os) estudantes e pesquisadoras (es/os), mas também para a própria reestruturação da instituição, que vem mudando desde antes da pandemia, por conta dos cortes orçamentários e de, pelo menos, uma década de inserções do financiamento privado.

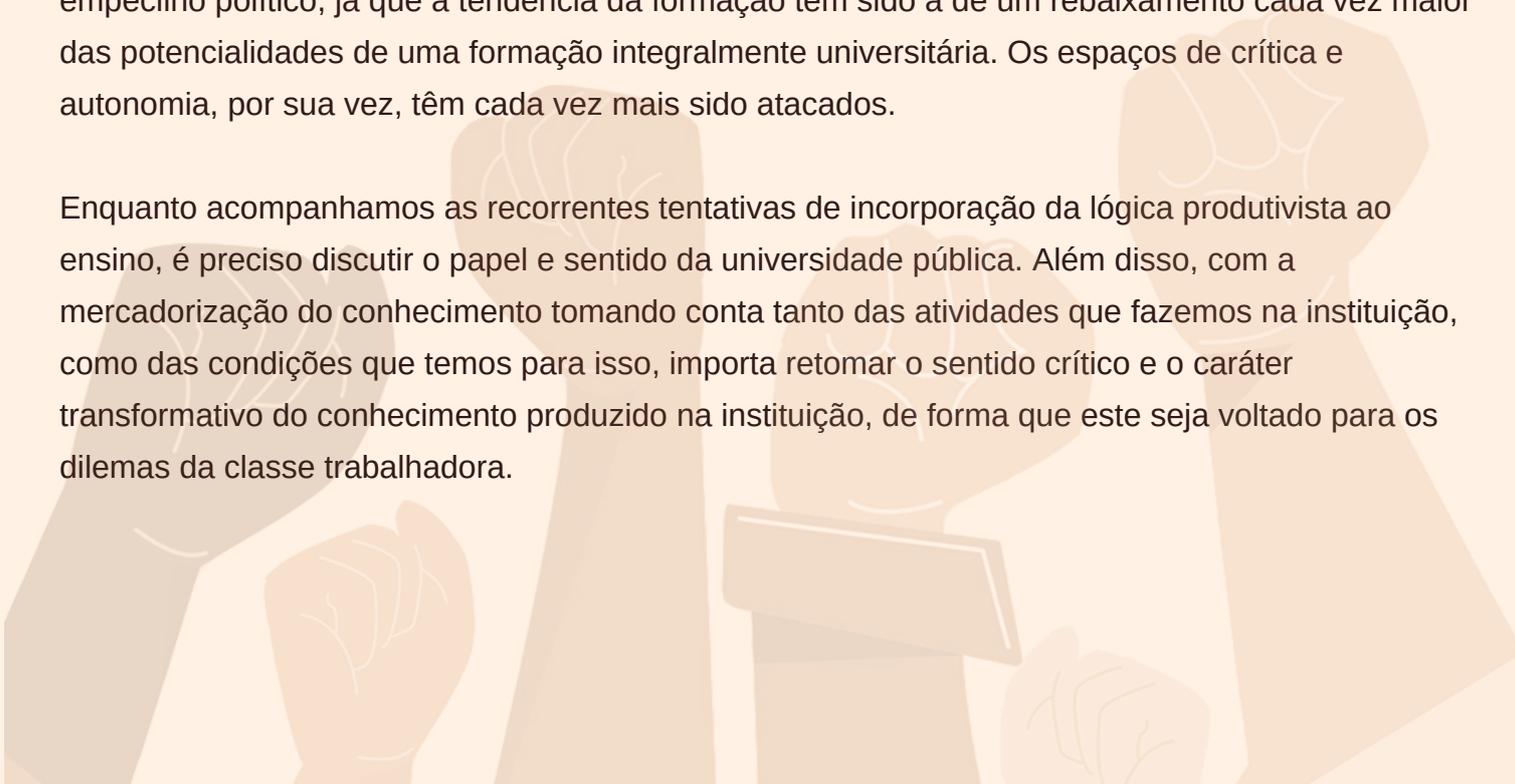
Na UFSC houve uma luta muito grande em 2019, que envolveu o **Movimento UFSC Contra o Future-se**, assembleias com mais de 5 mil pessoas e greve em mais de 70 cursos. A pós-graduação também se envolveu, fazendo assembleias e participando do movimento. Logo no começo do ano seguinte, tomou-se a decisão de suspender as atividades presenciais da universidade, em razão da pandemia de COVID-19. Posteriormente, a partir do mês de agosto de 2020, foram iniciadas as atividades remotas de maneira não homogênea entre os programas de pós-graduação da UFSC.

Com o **ensino remoto**, constatamos gradativamente a inserção de uma nova pedagogia, que ainda que tenha sido apresentada com um suposto caráter de emergência, mostra a implementação de um ensino emergente mais precarizado e individualizado em seus aspectos formativos. As aulas foram completamente reestruturadas nesse período, com atividades virtuais, assíncronas ou síncronas, mas sempre de caráter individual, e uma redução na carga de leitura e na profundidade das discussões. Assim, pesquisadoras (es) se depararam com uma formação extremamente modificada e menos densa, com a perda de atividades presenciais, como ensaios e experimentos fundamentais para a sua formação, e com a piora de espaços de troca nos laboratórios e seminários. Esta formação foi e continua sendo apresentada por alguns setores como "positiva em alguns aspectos", ao expandir as bancas online e a participação de docentes convidadas (es/os) de outras universidades do país e do mundo.

Isso posto, somos totalmente contrárias (es/os) à manutenção, mesmo que parcial, de atividades remotas após o fim da pandemia. Defendemos que o retorno deve ser completamente presencial e seguro.

Com o avanço da vacinação, os empecilhos para o retorno presencial tornam-se primordialmente de ordem econômica, como a falta de verbas para as manutenções necessárias na universidade e o interesse privado de grupos que se beneficiam das atividades remotas. Além disso, há um empecilho político, já que a tendência da formação tem sido a de um rebaixamento cada vez maior das potencialidades de uma formação integralmente universitária. Os espaços de crítica e autonomia, por sua vez, têm cada vez mais sido atacados.

Enquanto acompanhamos as recorrentes tentativas de incorporação da lógica produtivista ao ensino, é preciso discutir o papel e sentido da universidade pública. Além disso, com a mercadorização do conhecimento tomando conta tanto das atividades que fazemos na instituição, como das condições que temos para isso, importa retomar o sentido crítico e o caráter transformativo do conhecimento produzido na instituição, de forma que este seja voltado para os dilemas da classe trabalhadora.



Para além da modificação pedagógica forçada, feita de maneira acrítica e descuidada, grande parte do corpo discente sequer conseguiu continuar na universidade. Com a ausência de políticas de permanência voltadas para o contexto pandêmico, houve um acirramento gritante das desigualdades sociais que já se colocavam. A alta nos preços de alimentos, deslocamento e habitação fez com que a tentativa de continuar na universidade sem acesso ao básico das condições de permanência resultasse na expulsão cada vez maior de grande parcela de estudantes, principalmente a população negra, pobre e trans.

Na pós-graduação, sabemos que cada programa passa por uma situação diferente, em que alguns voltaram com atividades presenciais nos laboratórios poucos dias após o início da quarentena, enquanto outros ainda mantêm suas salas fechadas, sem que as (es/os) pós-graduandas (es/os) possam acessá-las. Diante disso, questionamos: por quanto tempo o Restaurante Universitário (RU) e os espaços de estudos das bibliotecas e salas de informática continuarão fechados, mesmo com muitas (es/os) pós-graduandas (es/os) realizando atividades presenciais?

Neste cenário de crise as (es/os) pós-graduandas (es/os) têm uma importante contribuição para a sociedade, podendo colaborar para a resolução de problemas que são os dilemas da classe trabalhadora neste momento. Por isso, é fundamental reivindicar uma formação de qualidade, o que envolve interação entre estudantes e professoras (es), socialização nos espaços universitários, infraestrutura adequada, bolsas que garantam condições dignas de vida, entre outras demandas imprescindíveis.

Grande parte do corpo discente da pós-graduação está hoje constrangido por metas de produtividade que desviam e esvaziam o sentido da pesquisa. Por essa razão, perde-se a relação criativa e rigorosa com o trabalho em nome de prazos que não respeitam o tempo da produção de conhecimento. Por essa razão, é fundamental questionar qual o grau de autonomia e o sentido das pesquisas produzidas hoje. O processo de **retorno às aulas presenciais** foi anunciado na graduação e na pós-graduação da UFSC, mas para qual universidade estamos retornando? Quais condições temos garantidas para que se produza de fato um conhecimento científico, filosófico e artístico nesta universidade?

Nacionalmente, temos enfrentado sucessivos e crescentes cortes de verbas para o financiamento das pesquisas. Desde 2019 foram cortadas mais de 550 bolsas de pós-graduação da UFSC, oriundas da CAPES, o que corresponde a 23% das bolsas que existiam. As restrições orçamentárias também atingem gravemente o CNPq, com um corte de cerca de 90% dos recursos (mais de R\$ 600 milhões) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e, com isso, o financiamento de inúmeras pesquisas que seriam contempladas no Edital Universal segue suspenso até que haja verba.

Somado a isso, assistimos no **cenário nacional** a expressão do autoritarismo do executivo por meio de intervenções federais levadas a cabo em mais de vinte instituições de ensino superior. Nesse cenário, é fundamental questionar o papel da lista tríplice para as eleições de reitoria, já que esse mecanismo é fruto da reforma universitária organizada durante o período da ditadura empresarial-militar, e ataca frontalmente a democracia universitária.

Diante desses elementos, entendemos ser preciso questionar o próprio funcionamento do **sistema de financiamento da pesquisa no Brasil**, que atualmente encontra-se baseado na avaliação quadrienal da CAPES, e nas agências de financiamento que servem a interesses privados e prejudicam a autonomia universitária. Diante da concentração de recursos em instituições de fomento como a CAPES e fundações, questionamos qual o grau de autonomia que as universidades brasileiras possuem para determinar o conteúdo de suas pesquisas.

A PARTIR DA ANÁLISE DE CONJUNTURA,
DEFENDEMOS ENQUANTO CHAPA:

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO

- Autonomia na condução das práticas da entidade;
- Organização feita de maneira horizontal, divisão das tarefas e decisões coletivas sobre a atuação das representações discentes da APG, e possibilidade de participação de todas (es/os) que desejam construir uma APG democrática;
- Reuniões periódicas e abertas que sejam amplamente divulgadas para permitir a participação de todo o corpo de estudantes de pós-graduação da UFSC;
- Continuidade do uso de todo o espaço do Centro de Convivência por estudantes e pela comunidade externa, reafirmando a luta por uma reforma do espaço que garanta não apenas sua manutenção material, mas também sua gestão coletiva e possibilidades múltiplas de uso, ressaltando o caráter estudantil do prédio;

- Compromisso em usar a estrutura da APG como instrumento útil a outras lutas que são travadas, seja na UFSC ou para além de seus muros, e fazer ouvir também as vozes de movimentos sociais, trabalhadoras (es/os) da cidade e do campo, além de outros grupos marginalizados pelo sistema do capital;
- Diálogo aproximado com o movimento estudantil para além da pós-graduação, entendendo que nossas lutas se cruzam com aquelas já travadas por estudantes da graduação, secundaristas e suas entidades;
- Construção de um campo de alianças que fortaleça a luta estudantil na UFSC, envolvendo não apenas os movimentos das estudantes, mas também técnicas/os, professoras/es, terceirizados/as e seus sindicatos;
- Promoção à participação das/os pós graduandas/os de todos os campi da UFSC por meio da descentralização das atividades da APG.

ACESSO E PERMANÊNCIA

A Universidade é uma instituição pública à qual todos devem ter acesso e condições de permanência digna até a conclusão dos seus estudos. Dessa forma, entendemos a importância de definir pautas a fim de orientar a luta da gestão Carcará junto aos pós-graduandos na garantia desse direito, a saber:

- Aumento do valor das bolsas de pós-graduação, uma vez que não sofrem reajustes desde 2013;
- Ampliação do número de bolsas nos programas, garantindo que todes que necessitam de bolsa possam acessá-la;
- Agenda de mobilizações contra os cortes orçamentários das instituições de fomento a pesquisa que resultam, também, no corte das bolsas;
- Garantia de acesso à estrutura da universidade para espaços de alimentação, estudos e socialização;

- Conversão dos imóveis de propriedade da união em ampliação da moradia estudantil, abrindo vagas também para pós-graduandas (es/os);
- Amparo às mães e pais que são estudantes de pós-graduação, como por exemplo por meio da garantia de vagas para seus filhos no NDI e benefícios como o Auxílio Creche.

DEMOCRACIA UNIVERSITÁRIA E COMBATE ÀS OPRESSÕES

- Defesa da autonomia da universidade para decidir sobre seus dirigentes e pela ampliação da democracia nos espaços de deliberação, através do voto universal;
- Defesa da autonomia da universidade para a gerência de recursos orçamentários que atualmente estão reféns de emendas parlamentares e, no caso das pesquisas, das agências de fomento;
- Utilização dos espaços públicos da universidade para a organização de atividades que estimulem a ocupação do campus por membros externos ou da própria comunidade universitária;
- Defesa da utilização do nome social em todas as instâncias da universidade, de acordo com Resolução Normativa^o 59/CUn/2015, de 13 de Agosto de 2015, que assegura o Uso do Nome Social de Travestis, Transexuais e Transgêneros;
- Contrariedade a qualquer manifestação de opressão à comunidade LGBTQIA+, seja ela de caráter machista, racista, homofóbico ou transfóbico

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- Defendemos primordialmente a qualidade de formação na pós-graduação, que inclui condições adequadas para a realização de nossas pesquisas, espaços e relações que contribuam para a construção do conhecimento;
- A liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, sem censuras e com autonomia didático-científica;
- Combate à precarização e privatização do ensino e da ciência públicos, especialmente através da rejeição ao modelo do ensino à distância ou híbrido após a pandemia de COVID-19;
- Contra a cobrança financeira de qualquer natureza na pós-graduação lato e stricto sensu, repudiando o projeto de cobrança na pós-graduação lato sensu que está tramitando nos órgãos deliberativos da universidade;
- Defendemos que as atividades da(o/e) pós-graduanda(o/e) devem ser acadêmicas, relacionadas com a sua pesquisa, e políticas. Somos contrárias (es/os) à delegação de atividades administrativas, burocráticas e de secretaria, que caracterizam desvio de função;
- Nos posicionamos contrariamente à pós-graduação pautada na lógica produtivista e defendemos uma construção sólida do conhecimento voltada ao interesse público;
- Apostamos em uma relação ética entre orientador e orientando, no qual o orientador cumpre uma função importante no avanço da pesquisa respeitando os limites e autonomia do/a orientando/a/e;
- Ao longo do processo de ensino, pesquisa e extensão é necessário que coloquemos em xeque as lógicas produtivistas, que se expressam em demandas incorporadas pelo corpo docente e oriundas de agências de fomento e amparo à pesquisa.

PROPOSTAS DE ATUAÇÃO DA GESTÃO

A PARTIR DE NOSSO PROGRAMA POLÍTICO E ANÁLISE DE CONJUNTURA, A GESTÃO DEFINIU INDICAÇÕES DE PROPOSTAS QUE PODERÃO SER REALIZADAS DURANTE SUA GESTÃO:

1. Organização de uma semana de recepção para a pós-graduação;
 2. Realização de espaços de cultura e integração, como Cine debates e Forró da APG;
 3. Planejamento de espaços para a socialização das pesquisas dos/das pós-graduandos, que incluam a diversidade de temáticas pesquisadas na UFSC e em outras universidades públicas;
 4. Organização de debates conjunturais, buscando contribuir com as discussões e movimentos importantes para as disputas dentro e fora da universidade;
 5. Manter ativas e atualizadas as redes e plataformas virtuais de comunicação próprias da APG;
 6. Organizar um debate entre os candidatos à eleição de reitoria da UFSC.
- 